

O ARQUIVO DA ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO NÓRTE

Um contributo na abordagem histórico-geográfica do Domínio Público Hídrico

Francisco SILVA COSTA

Doutor, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, CEGOT-Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território,
costafs@geografia.uminho.pt

José Manuel LOPES CORDEIRO

Doutor, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», jmlopes.cordeiro@gmail.com

RESUMO

Conforme o Decreto-Lei n.º 47/2004 de 3 de Março, o Estado, especialmente através da administração central, bem como as demais entidades públicas e privadas, tem o direito e o dever de preservar, organizar, defender e valorizar o património arquivístico nacional.

A Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARH do Norte) é possuidora de um valioso acervo resultante da actividade centenária desenvolvida pelos diferentes organismos com tutela sobre a gestão da água e o planeamento dos recursos hídricos, disperso pelas cidades do Braga, Porto, Viana do Castelo e Vila Real.

A partir de vários casos de estudo que percorrem os usos das águas públicas para diferentes fins, as modalidades da sua utilização, sem esquecer os usos públicos e a ocupação das margens para outras actividades, pretendemos identificar alguns dos problemas que decorrem dos modelos de gestão, baseado no licenciamento para o uso da água e a ocupação do Domínio Público Hídrico.

Por outro lado, queremos igualmente contribuir para o debate relativo aos modelos tradicionais de intervenção no Domínio Público Hídrico que se reveste de grande actualidade e que em Portugal surge ainda como um tema pioneiro e pouco divulgado nos âmbitos científico e técnico.

Perante a importância da informação disponível no arquivo histórico da ARH-Norte, os desafios que se afiguram a esta instituição são vários, dos quais queremos destacar os seguintes, que serão abordados na comunicação a apresentar:

- a salvaguarda de um importante fundo documental que se encontra numa situação de progressivo abandono e degradação com o risco de desaparecer de forma permanente;
- a divulgação do arquivo e o seu acesso numa forma simples e actualizada;
- a colaboração com as instituições académicas.

Palavras-chave: ARH-Norte, Arquivos, Domínio Público Hídrico.

PONTO DE PARTIDA: A PRESERVAÇÃO DOS ARQUIVOS PÚBLICOS

A salvaguarda de documentos, nomeadamente de origem pública, que testemunhem a vida colectiva, nos seus mais diversificados aspectos, como elementos essenciais da memória histórica de um país, constitui hoje em dia uma necessidade imperiosa, traduzida nas estratégias que tanto as autoridades nacionais como as da União Europeia têm vindo a preconizar no sentido de se conseguir uma maior aproximação dos cidadãos ao seu património arquivístico.

No que respeita a Portugal, e de acordo com LACERDA (2011), a Direcção-Geral de Arquivos (DGARQ) tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas sobre a situação dos arquivos da Administração Central do Estado (ACE), com vista a uma caracterização da estrutura e do funcionamento dos sistemas de arquivo das respectivas entidades que a integram, ao conhecimento da actuação das Secretarias-Gerais no âmbito das suas competências de gestão de documentos de arquivo, assim como do fornecimento de dados que suportem a elaboração de uma proposta de estratégia conjunta das Secretarias-Gerais no domínio da qualificação dos sistemas de arquivo da ACE.

O objectivo destas iniciativas ambiciona também resolver um problema que se tem arrastado, sem solução, durante décadas, evitando a contínua acumulação de grandes massas documentais, na maioria dos casos sem orientações relativamente ao processo de avaliação e triagem, a fim de se pôr em prática uma política que contribua para a informação dos cidadãos, ou seja, preservando e tornando acessíveis aqueles documentos. Deste modo, espera-se que o período de constrangimento orçamental que o país atravessa devido ao plano de resgate internacional que está a ser aplicado não venha a condicionar a disponibilidade dos meios necessários para a concretização destes objectivos, postergando uma vez mais a sua resolução para um futuro incerto.

O SISTEMA DE INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA DA ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO NORTE: DESENVOLVIMENTO DA SUA GESTÃO INTEGRADA

A Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARH do Norte) é possuidora de um valioso acervo documental resultante da actividade centenária desenvolvida pelos diferentes organismos com tutela sobre a gestão da água e o planeamento dos recursos hídricos, o qual se encontra disperso pelas cidades de Braga, Porto, Viana do Castelo e Vila Real, compreendendo, entre os milhares de pastas aí existentes, os processos relacionados com o Domínio Público Hídrico (DPH) das Bacias Hidrográficas das Regiões Hidrográficas 1, 2 e 3.

O acervo documental e técnico dos antigos Serviços Hidráulicos do Douro, no norte de Portugal, pertença da actual Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARH do Norte), é a oportunidade para entendermos uma Instituição Pública, onde a água e o seu uso marcam profundamente as relações sociais e as expectativas económicas. Para fazermos a história dos Serviços Hidráulicos do Douro e compreendermos o papel desempenhado por esta instituição pública na economia e sociedade nortenha, são fundamentais os documentos técnicos e administrativos que produziu, assim como toda a correspondência e projectos que lhe foram endereçados, enquanto entidade competente na gestão dos recursos hídricos, no norte de Portugal, CAMPELO (2011).

Desde o Minho ao Douro, passando pelo Lima, Cávado, seus afluentes mais importantes e outros cursos de água, que marcam o mapa hídrico do Norte de Portugal, confrontamo-nos com a arte dos engenheiros e desenhadores, nos projectos promovidos pelas Hidráulicas; com os pedidos e queixas de cidadãos, com a avaliação dos projectos propostos por particulares; com as histórias dos Guarda-rios e com os relatos pormenorizados do escrivão recolhido em seu ofício. Mapas, projectos, ofícios, cadastros, relatórios, notações de correspondência, CAMPELO (2011) ...

Neste arquivo, estão identificados vários constrangimentos, dos quais se destacam:
- o depósito do acervo em salas com poucas condições para a sua conservação e utilização;

- a falta de organização, descrição e instrumentos de acesso à documentação;
- a inexistência de estratégias e medidas de preservação e conservação do acervo documental.
- a dificuldade ou mesmo impossibilidade no acesso e na fruição do património arquivístico.

Com o objectivo de organizar, preservar e disponibilizar à sociedade este importante fundo documental, os autores apresentaram à Direcção da Administração da Região Hidrográfica do Norte a implementação do projecto *O Sistema de Informação Arquivística da Administração da Região Hidrográfica do Norte: desenvolvimento da sua gestão integrada*, o qual procurará também desenvolver um modelo de gestão da informação arquivística da ARH do Norte, tendo o mesmo sido aprovado, aguardando neste momento a resolução das indispensáveis formalidades administrativas para se iniciar a sua execução.

O objectivo central deste projecto é o desenvolvimento de um modelo de gestão integrada da informação de arquivo da ARH do Norte, tendo em vista a sua utilização pela entidade produtora e o seu uso para fins de investigação, sobretudo aquela que tem maior interesse histórico.

O sistema de arquivo da ARH do Norte será analisado nas suas várias fases (administrativa, intermédia e histórica), sendo privilegiados os aspectos relativos à gestão documental e as operações que constituem todo o processo de tratamento da informação arquivística: recenseamento dos arquivos administrativos; avaliação, selecção e eliminação de documentos; transferências periódicas; meios de controlo e de acesso à informação.

O estudo será desenvolvido a partir da documentação descentralizada pelos arquivos da ARH do Norte (Braga, Porto, Viana do Castelo e Vila Real) em estreita cooperação com os serviços administrativos (directamente envolvidos no processo de produção documental e seus utilizadores primários) e com investigadores especializados (quer para estudo da história institucional e da administração, nas suas várias facetas, quer como utilizadores potenciais da informação de arquivo).

Paralelamente à análise da documentação de arquivo existente nos diferentes depósitos far-se-á o estudo dos circuitos da documentação, sua utilização, meios de acesso à informação e instrumentos de controlo existentes até ao ano 2000. O estudo desenvolvido permitirá avançar para a aplicação de sistemas automatizados na gestão da informação, incluindo o disco óptico, como tecnologia de reprodução documental. O projecto visa, ainda, conduzir à promulgação de uma portaria regulamentadora dos prazos de conservação e eliminação de documentos da ARH do Norte e à criação institucional do seu arquivo.

OS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO DO DOMÍNIO PÚBLICO HÍDRICO: ALGUNS ASPECTOS DE INTERESSE HISTÓRICO

A maior parte dos documentos do Arquivo da ARH-Norte está relacionada com processos de licenciamento no âmbito do Domínio Público Hídrico e nos quais podemos encontrar informações sobre:

- a identificação – o número e tipo de processo e o nome ou designação do requerente
- o teor do requerimento – a descrição e os aspectos técnicos;
- a localização – as referências administrativas e físicas, o concelho, a freguesia e o lugar; a sub-bacia, o curso de água e a margem, do local associado à descrição do teor do requerimento (e não do requerente);
- os procedimentos administrativos – a data de entrada e data de decisão do despacho, as diferentes etapas do andamento do processo e formas de despacho.

Tendo em conta a natureza deste processos podemos agrupá-los nas seguintes categorias, por grau de importância administrativa:

1) licenciamentos e afins:

- concessão – refere-se à transferência temporária do direito de exploração dum serviço público para uma entidade privada (concessionária);

- licenciamento – entendida como faculdade concedida a privados e outras entidades públicas;
- legalização – refere-se aos procedimentos ilegais que precisavam de certificação conforme a lei;
- autorização – consiste num pedido simples devidamente referenciado e regulamentado;
- participação – é o acto administrativo mais simplificado e que consiste na comunicação verbal do requerente ao representante local das autoridades oficiais;
- prova testemunhal – meio de reconhecimento da pertença dum aproveitamento hidráulico muito antigo;

2) procedimentos jurídicos e processos de reivindicação:

- transgressão – autos passados resultantes dos actos de violação ou infracção à lei;
- reclamação – documento que traduz o acto de protesto ou reivindicação frequentemente associado à impugnação da decisão junto do próprio órgão que a proferiu;
- intimação – era a ordem que tornava oficial a tomada de decisão por parte da autoridade competente e o seu conhecimento junto do requerente;
- notificação – corresponde ao aviso oficial feito ao requerente para dar conhecimento dos procedimentos a seguir;
- exposição – está essencialmente associado ao pedido de esclarecimentos;

3) Serviços internos:

- circulares, ordens e notas de serviço – tratam-se de documentos internos emitidos pelos diferentes organismos com tutela sobre a gestão da água;
- correspondência – é o resultado da troca de ofícios a nível interno e externo;
- portaria 953/73 – processo de transferência de documentos para outra divisão hidráulica, COSTA (2008).

Quando analisamos os documentos dos processos de licenciamento do DPH que encontramos no acervo da ARH-Norte podemos identificar várias áreas temáticas de grande interesse histórico como a organização territorial, sendo de referir as referências sobre os cantões no contexto das bacias hidrográficas e a relação de guarda-rios e respectivas sedes de residência, as competências e atribuições técnico-administrativas, e o uso das águas públicas e ocupação do domínio público hídrico.

A Lei de Águas de 1919 e o Regulamento dos Serviços Hidráulicos de 1892 introduzem os procedimentos de licenciamento e concessão da utilização dos domínios hídricos público e privado. São múltiplas as utilizações dos recursos e meios hídricos e diversas as formas seguidas para codificar tais utilizações, destacando-se as seguintes:

- a) captação de águas para consumo humano, rega, actividade industrial, produção de energia e actividades recreativas ou de lazer;
- b) Rejeição de águas residuais, na água e no solo;
- c) Extracção de inertes e intervenção de desassoreamento das zonas de escoamento e de expansão das águas de superfície;
- d) Culturas biogenéticas em água doce e seus fundos;
- e) Navegação, com ou sem motor;
- f) a pesca.

Embora discutível na sua formulação, pelo paralelismo em que coloca finalidades e intervenções de muito diferente importância, e por algumas omissões - por exemplo, a pecuária e a pesca, aquela enumeração mostra bem o âmbito vasto envolvido no planeamento e gestão da utilização dos recursos hídricos. Nesta perspectiva, podemos destacar algumas actividades que marcaram no tempo o território hidrológico do Norte de Portugal:

- a rega e os regadios - Os processos associados ao uso da água para a rega mostram um conjunto de documentos onde são visíveis as diversas técnicas de captação e os meios de extracção e derivação. As intervenções sobre o leito na forma de açudes e barragens são as estruturas mais utilizadas. Na maior parte das situações referidas, a rega implicava um conjunto de obras e materiais,

quer no leito, quer nas margens, de forma a permitir, além da captação, a condução e o armazenamento da água, do curso de água para as propriedades a regar, nomeadamente, as não marginais. Tradicionalmente a condução era feita de forma subterrânea ou ao nível do solo e podia recorrer a diferentes tipos de materiais e meios (tubo, cano de pesca e regos, levada...). A colocação de estanca-rios nas margens para proceder a extracção de água por meio de poço também fazia parte dos pedidos dos requerentes, dado tratar-se dum meio de fácil construção. Dos meios tradicionais de extracção, destacava-se também a utilização da roda copeira, frequentemente de tracção animal, COSTA (2004a).

- a cultura do linho - É elevado o número de registos associados ao linho no início do século XX, sendo que quase todos dizem respeito a participações, o procedimento administrativo mais utilizado para a actividade linheira. Tratava-se dum processo verbal, em que o interessado dava conhecimento ao respectivo guarda-rios, dos pontos onde pretendia realizar os trabalhos de maceração com o linho, afim de lhe ser indicado o local mais apropriado. As operações de maceração e trituração do linho tiveram uma evolução bem demarcada em termos temporais. Pode-se, deste modo, facilmente concluir que a partir da década de 1940 os trabalhos relacionados com o linho se tornam residuais como, aliás, se pode também constatar pela diminuição do número de participações sobre estas operações existente no Arquivo da ARH Norte, COSTA (2008).

A importância desta actividade, nomeadamente para o seu aproveitamento como matéria-prima industrial levou a que, durante o Estado Novo, e de acordo com a sua política económica de natureza autárquica, se tivesse equacionado a possibilidade do seu relançamento. Em 1941, o engenheiro Moniz Júnior, membro da Comissão nomeada pelo Governo para realizar uma série de estudos preparatórios com vista ao fomento, entre outras, da cultura do linho, recenseou os seguintes engenhos de maceração de linho ainda em actividade na Bacia do Médio e Baixo Ave:

Quadro 1- Engenhos de Maceração de Linho em Actividade na Bacia do Médio e Baixo Ave, em 1941

	Fafe	Póvoa de Lanhoso	Guimarães	V. N. Famalicão	Santo Tirso	Vila do Conde	Total
Engenhos de linho	10	10	12	1 (*)	-	7 (*)	40

(*) Cálculo da nossa responsabilidade, uma vez que no inventário da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, realizado em 1957, registam-se nestes concelhos, respectivamente, 1 e 7 engenhos a funcionar, os quais, seguramente, já existiriam em 1941.

Fonte: MONIZ JÚNIOR (1941).

Alguns anos mais tarde, um inventário dos aproveitamentos hidráulicos em funcionamento na Bacia do Ave realizado pela Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos em 1957, revela-nos que naquela data o seu número se tinha reduzido para menos de metade, mantendo-se em actividade apenas dezoito engenhos de linho;

Quadro 2 - Engenhos de Maceração de Linho em Actividade na Bacia do Médio e Baixo Ave, em 1957

	Fafe	Guimarães	V. N. Famalicão	Santo Tirso	Vila do Conde	Total
Engenhos de linho	4	6	1	0	7	18

Fonte: CORDEIRO (2001).

- A actividade moageira - Os pedidos para a construção de moinhos e a reparação dos existentes, ao nível do edifício ou da sua estrutura hidráulica, eram frequentemente requeridos, dada a elevada representatividade desta actividade económica na região Norte. Os edifícios onde se implantavam os moinhos serviam diferentes processos de produção artesanal e industrial: a moagem de cereais (a mais comum), a serração de madeiras e os lagares de azeite, que, por vezes, coexistiam complementarmente. A existência de diferentes actividades, ligadas ao aproveitamento das águas públicas, através de engenhos hidráulicos, vem reforçar a ideia, de que já existia uma forma de pluriactividade, fortemente ligada às actividades mais básicas do sector primário, principalmente, no início do século XX;

- a indústria têxtil - Ligadas ao processo de industrialização, encontramos a energia hidráulica, aproveitada para fins industriais ou para a produção de energia eléctrica, o vapor e a electricidade. De facto, foi a esta forma de energia que recorreram as primeiras grandes fábricas, as quais vieram a ter um papel pioneiro e inovador na industrialização do Norte de Portugal. Centrada no NW, principalmente na bacia intermédia do rio Ave, a implantação industrial do têxtil relaciona com as vantagens associadas às facilidades hídricas para a produção de energia e abastecimento de água nas diferentes fases dos processos industriais em que esta é utilizada. Devido ao facto da água ser indispensável nas diversas fases do processo produtivo, nas lavagens e nas operações de tinturaria, e na própria produção de energia motora, a "indústria mecânica" condiciona a localização das unidades fabris nas margens dos rios. É neste quadro que se desenvolve um processo industrial historicamente sustentado pelo sector têxtil, onde é possível distinguir várias fases no que respeita à relação desta com o Domínio Público Hídrico, COSTA (2004a).

De facto, para além da cidade do Porto, no Norte do país a região da Bacia do Ave constituiu uma das primeiras a conhecer o processo de industrialização ainda na primeira metade do século XIX, como nos revela a fundação em 1845 da Fábrica de Fiação do Rio Vizela, em Negrelos, concelho de Santo Tirso. Relativamente à utilização da energia hidráulica pelas fábricas desta região, contamos com um estudo pioneiro de dois industriais ligados aquela que chegou a constituir uma das mais importantes empresas da região, a Companhia Rio Ave, inicialmente denominada Companhia Industrial Agrícola Portuense, a qual em 1878 se preparava para construir em Formariz, Vila do Conde, uma Fábrica de Fiação e Tecelagem de Algodão e de Linho, accionada por energia hidráulica, através da utilização de quatro turbinas, CORDEIRO (1995). Nesse documento, ressaltam muito claramente as vantagens económicas que advinham da utilização da energia hidráulica, "um motor gratuito, que tão maravilhosamente secunda a actividade do homem", CIAP (1878); e embora considerando que grandes empresas florescessem com o emprego do vapor, o seu autor salientava que este era "um motor muitíssimo dispendioso". De facto, apesar de o investimento inicial (construção do açude e aquisição das máquinas) ser superior, esta acabava por se tornar mais vantajosa em virtude da economia no custo do combustível e, a diferença anual a favor da utilização do motor hidráulico correspondia, quase inteiramente, ao custo anual desse combustível;

- as fábricas de papel - Como a maioria das unidades pré-industriais, as fábricas de papel localizavam-se em zonas de vale, de forma a poder dispor de água em abundância e desenvolver um conjunto de operações demonstrativo da importância da água em todo o processo de fabrico de papel e papelão. Podemos falar de tradição no fabrico de papel, nomeadamente no rio Vizela, onde várias unidades se concentraram a partir do século XVIII. Da história da indústria em Vizela, faz parte a primeira fábrica no mundo a produzir papel através da pasta de madeira, a Fábrica Real de Papel e de Tinturaria do Sá, instalada no Sítio da Cascalheira, na Quinta denominada de Sá, margem esquerda do rio Vizela, próximo das Caldas de Vizela, a qual foi fundada em 1804 por uma sociedade de sete accionistas, entre os quais pontificava Francisco Joaquim Moreira de Sá, o proprietário da referida Quinta, COSTA (2008).

- outros usos industriais – Existem, ainda, outro tipo de indústrias, que pela sua dimensão no âmbito do uso das águas públicas, continuam a ser referência no Norte de Portugal; é o caso dos curtumes e das cutelarias.

No Norte do país, a indústria dos curtumes desenvolveu-se fundamentalmente nas cidades da Guimarães e do Porto. As primeiras inovações tecnológicas introduzidas nesta indústria revelam o importante papel disponibilizado pelas águas públicas e incidiram, fundamentalmente, nas duas primeiras fases do processo de curtição: os “trabalhos de ribeira” e a “curtimento propriamente dita”, e começam a ser difundidas quase em simultâneo, nos finais do século XIX. Passava-se, a partir de então, da fase estática dos banhos parados durante meses para a fase dinâmica da sua movimentação, a qual, associada à introdução de modernos métodos químicos, se traduziu numa considerável aceleração dos tempos de curtimento. As primeiras fases da curtição, a que se dava o nome de “trabalhos de ribeira” ou “de rio” por serem especialmente “intensivas em água, GOMEZ MENDONZA (1994) começam a ser substituídas por processos mecânicos. Até ao final do primeiro quartel do século XX as instalações destas fábricas consistiam fundamentalmente nos próprios tanques escavados no solo, localizados junto a um curso de água corrente, onde os “trabalhos de ribeira” se realizavam ao ar livre. Esta extrema funcionalidade, testemunhando também o limitado nível tecnológico que então caracterizava a quase totalidade das empresas existentes, constituía o traço mais significativo da tipologia que marcava a arquitectura destes estabelecimentos. Efectivamente, as instalações fabris reduziam-se a pouco mais do que os já referidos tanques de curtimento, surgindo no entanto por vezes referências a espaços e instalações para secagem dos couros curtidos.

O sector das cutelarias constitui também uma actividade histórica da região da Bacia do Ave, localizado principalmente na cidade de Guimarães e nalgumas das suas freguesias, como Creixomil, Sande e Caldas das Taipas, as quais, quase que até aos nossos dias, constituíram o principal local de produção a nível nacional. De facto, um dos aspectos chama a atenção quando nos debruçamos sobre as origens da indústria de cutelaria em Portugal foi o facto de, desde há séculos, essa indústria se ter maioritariamente estabelecido no concelho de Guimarães. As causas desta situação justificam-se, quanto a nós, pelo facto de os curtumes constituírem, desde sempre, um produto bastante utilizado no vestuário da população com fracos recursos económicos, para além da existência de Guimarães já então dispor de condições favoráveis, como um curso de água nas suas proximidades, onde se veio a estabelecer a zona de Rio de Couros. Aliás, os cursos de água desta região apresentavam uma configuração que favorecia o aproveitamento da energia necessária aos engenhos de amola o que, em lugares como Caldas das Taipas e Creixomil (Guimarães) nos surge com particular evidência.

- os aproveitamentos hidroeléctricos – O desenvolvimento tecnológico representado pela utilização da electricidade para iluminação e como força motriz, verificado no final da década de 1870, veio conferir um novo interesse aos antigos aproveitamentos hidráulicos, o qual não deixará de ser, de imediato, explorado pelo sector industrial, COSTA (2003). De facto estas instalações hidráulicas, que até então eram utilizadas apenas para fornecer directamente a energia mecânica, foram rapidamente aproveitadas para a instalação de centrais hidroeléctricas, e para a produção industrial de electricidade, CORDEIRO (2001).

Se bem que a utilização da energia hidráulica como força motriz tenha constituído a solução energética preferencialmente seguida pela indústria moderna, aquando da sua implantação na Bacia do Ave, aquela solução constituía desde há muito uma prática corrente conhecida na região e em todo o país, para o accionamento das actividades manufactureiras tradicionais. Com o desenvolvimento da industrialização verificamos, contudo, o surgimento e a progressiva utilização de novas formas de energia - tais como o vapor e a electricidade - que irão ocupar um papel cada vez maior como fornecedores da força motriz necessária ao accionamento das unidades industriais. Embora desempenhassem um papel significativo no regime económico da região, o conhecimento do tipo de aproveitamentos hidráulicos existentes na Bacia do Ave foi sistematicamente secundarizado nos

trabalhos de estatística realizados em Portugal – nomeadamente nos Inquéritos Industriais – pelo que as únicas fontes existentes para o seu conhecimento reduzem-se aos inventários realizados pelas Direcções-Gerais dos Serviços Hidráulicos, no caso presente pela antepassada da ARH Norte, a Direcção-Geral dos Serviços de Hidráulica (DGSH).

São, precisamente, os resultados de um inventário deste tipo, realizado na Bacia do Ave em 1957 pela DGSH, com o objectivo de responder ao Decreto nº 30.850, que vinha regularizar a situação daquele tipo de aproveitamentos, que iremos brevemente analisar como exemplo do tipo de informação que se pode encontrar no Arquivo da ARH Norte. Importa acrescentar que este inventário se realizou exclusivamente para se conhecer a situação de todo o tipo de aproveitamentos hidráulicos de força motriz que não constituíssem moendas, pelo que as azenhas e os moinhos – que na Bacia do Ave se contavam em centenas – não estão aqui incluídos.

Quadro 3 - Aproveitamentos hidráulicos de força motriz na Bacia do Médio e Baixo Ave (1957)

Tipo de aproveitamento	Fafe	Guimarães	V. N. Famalicão	Santo Tirso	Vila do Conde	Total
Carneiro hidráulico	3	–	1	1	–	5
Central hidroeléctrica	4	6	7	4	–	21
Engenho de linho	4	6	1	–	7	18
Engenho de serrar	6	8	4	–	2	20
Roda hidráulica para accionar fábrica	3	10	3	1	3	20
Lagar de azeite	13	11	6	2	–	32
Roda hidráulica para rega	1	–	1	6	13	21
Outros	–	3	–	1	–	4

Fonte: Elaboração própria, com base no "Inventário de Aproveitamentos Hidráulicos de Força Motriz (não moendas) legalizáveis nos termos do Dec. 30.850 elaborado de acordo com a circular nº 20/57-S de 57.03.14", *Arquivo da ARH Norte*.

A análise dos diferentes tipos de aproveitamentos hidráulicos existentes na Bacia do Ave em 1957 indica-nos que a região estava ainda a viver um período de transição para uma economia moderna. De facto, podemos classificar os aproveitamentos existentes em três grandes grupos, de acordo com a sua natureza e função económica: os que se encontram ligados à sobrevivência de uma economia tradicional (engenhos de linho e de serrar, lagares de azeite e, embora mais directamente ligados ao sector agrícola, as rodas hidráulicas para rega), aqueles que apesar de já estarem associados à indústria moderna conservam características arcaicas (as rodas hidráulicas proporcionando força motriz directa para o accionamento de fábricas e oficinas), e os que representam verdadeiramente as novas formas energéticas utilizadas pela moderna indústria (as centrais hidroeléctricas).

Os dados atrás apresentados referem-se apenas aos aproveitamentos hidráulicos que naquela data se encontravam em laboração, pois um aspecto a assinalar neste Inventário prende-se com a referência, mais ou menos generalizada a todos os concelhos, de um conjunto de aproveitamentos do primeiro grupo (ligados à sobrevivência de uma economia tradicional) que estavam em ruínas ou que tinham sido abandonados há pouco tempo. De facto, por exemplo no caso dos engenhos de serrar, encontramos referências datadas de 1947 (ou seja, de dez anos antes) que nos indicam a existência no concelho de Santo Tirso, ainda em laboração, de pelo menos quatro engenhos de serrar, CORDEIRO (1986). Esta situação sugere-nos que este tipo de economia tradicional que ainda tinha alguma expressão no final dos anos 50 estava a caminho do total desaparecimento.

Um outro exemplo, relativo aos lagares de azeite, comprova-nos essa tendência: o seu número, que em 1957 ultrapassava as três dezenas (só nos concelhos do médio e baixo Ave) reduz-se drasticamente ao longo dos anos seguintes, e em 1990 mantinham-se em laboração apenas três unidades, ARAÚJO (1990). Os diferentes tipos de utilização de energia hidráulica na Bacia do Ave que se podem detectar ainda em 1957 permitem-nos, desde já, retirar duas conclusões: por um lado, verifica-se a persistência de um tipo de economia tradicional, de características marcadamente rurais, a que alguns desses aproveitamentos se encontravam associados, o que testemunha a lentidão com que se processou a transformação económica da região; por outro, o recurso intensivo energia hidráulica, como no caso das fábricas accionadas directamente por rodas hidráulicas (que, em 1957, ainda se contavam por duas dezenas), revela-nos que se trata de uma opção baseada fundamentalmente nos custos que esse tipo de energia acarretava os quais, após o investimento inicial de construção do aproveitamento, eram praticamente nulos em virtude da energia da água ser gratuita. A existência simultânea de várias formas de energia em utilização explica-se também pelas características da procura e da oferta: "numa zona onde o âmbito das actividades industriais é diverso, o leque de processos é suficientemente amplo para que se possam aproveitar as vantagens comparativas de cada uma", ANTOLÍN (1988). Esta situação deriva igualmente do facto de só há escassas décadas se ter verificado o desaparecimento dos últimos vestígios dessa sociedade de características marcadamente arcaicas, que era a responsável pela sobrevivência daquelas formas de energia.

- o uso das águas públicas, do serviço público ao lazer - O uso da água para fins públicos, apresenta-se sob a forma de pedidos essencialmente relacionados com o abastecimento de água, os lavadouros e a rega de jardins. Muitas entidades públicas entregaram pedidos para o uso da água ou para a realização de obras no Domínio Público Hídrico: escolas e colégios, hospitais, a Delegação Marítima, entidades ligadas às estradas nacionais, e aos caminhos-de-ferro, entre outras. Sobre a companhia de caminhos-de-ferro, existem alguns pedidos de interesse e que mostram um uso específico - o abastecimento das locomotivas

Além da água servir utilizações mais tradicionalmente referidas, devemos também incluir outras actividades associadas a seu aproveitamento não consumptivo. Assim, outros usos da água podem ser nomeados, ainda que se refiram, essencialmente, a mobilizações deste recurso sem alterações significativas de quantidade ou qualidade. Entre estes, podemos apontar, a navegação e a pesca. É de referir que a navegação ganha alguma expressão a partir da década de quarenta onde se vai assumir, além da função de transporte de passageiros, como auxiliar de actividades como a moagem (no transporte de matéria-prima), a extracção de areia e o lazer. As potencialidades para a prática da pesca desportiva já eram consideráveis no início do século XX, de tal forma que, em 1937, já existia um mapa das correntes principais das bacias Hidrográficas do Norte de Portugal, para este tipo de desporto, que incluía os principais cursos de água, afluentes e também sub-afluentes.

A água é o suporte básico da vida piscícola, mas também é fundamental no desenvolvimento de algumas actividades económicas e de lazer que não a usam, em termos de consumo. Destacaram-se a construção naval e a seca do bacalhau, do lado das actividades económicas, e os banhos, nas praias fluviais, no que ao lazer diz respeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A riqueza documental do arquivo da ARH-NORTE e suas potencialidades no âmbito da investigação permitem estudos diversificados, quer no domínio da Geografia, das ciências histórica, do património, do planeamento e também em alguns campos da arqueologia, da hidráulica e hidrologia. Garantir a sua conservação é essencial, pelo que a sua gestão integrada e sua institucionalização é um passo importante na defesa de uma memória comum que urge preservar.

BIBLIOGRAFIA

- ANTOLÍN, F. – "Energia e industrialización en la cuenca del Bajo Nervión, 1880-1930: la explotación tradicional de la energía hidráulica", in E. Fernández de Pinedo e J. L. Hernández Marco (Eds.), *La Industrialización del Norte de España. [Estado de la cuestión]*. Barcelona: Universidad del País Vasco/Editorial Crítica, 1988, p. 294.
- ARAÚJO, A. P. (Coord.) – *A Bacia Hidrográfica do Ave*. Lisboa: Direcção-Geral dos Recursos Naturais, 1990.
- CAMPELO, A. – "das hidráulicas aos recursos hídricos: história, sociedade e saber". Edições ARH do Norte, I.P. Porto, 2011, 139 p.
- COMPANHIA INDUSTRIAL E AGRÍCOLA PORTUENSE (CIAP), *Relatório do Conselho Administrativo da Companhia Industrial e Agrícola Portuense e Parecer do Conselho Fiscal*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1878.
- CORDEIRO, J. L. – "A serra hidráulica de Pereiras, Monte Córdova, Santo Tirso", *Cadernos de Arqueologia*, Série II, nº 3, 1986, pp. 199-208.
- CORDEIRO, J. M. L. – "A utilização de turbinas hidráulicas no início da industrialização portuguesa", *Revista de Ciências Históricas*, Vol. X, 1995, pp. 245-262.
- CORDEIRO, J. M. L. – "Indústria e energia na Bacia do Ave (1845-1959)", *Cadernos do Noroeste (Série História 1)*, 2001, 15 (1-2).
- COSTA, F. S. – "O rio Ave no início do século XX: uma perspectiva segundo os aproveitamentos hidroeléctricos", in *Actas do II Simpósio dos Aproveitamentos Hidroeléctricos*, Vila Real, 2003, 13 p.
- COSTA, F. S. – "Os aproveitamentos hidráulicos e hidroeléctricos do rio Ave no período 1902-1936", *Actas do 7º Congresso da Água*, Lisboa, 2004, 15 p.
- COSTA, F. S. – "As águas públicas na bacia do Ave: Uma perspectiva do ordenamento do território no início do século XX", *Actas do 7º Congresso da Água*, Lisboa, 2004a, 14 p.
- COSTA, F. S. - A gestão das águas públicas – O caso da Bacia Hidrográfica do rio Ave no período 1902-1973, *Dissertação de Doutoramento*, Universidade do Minho, Braga, 2008, 857 p.
- COSTA, F. S. - "Hidro-conflitos na bacia hidrográfica do rio Ave – uma análise a partir das transgressões cometidas no período 1902-1973", *Actas do XI Colóquio Ibérico de Geografia*, 1 a 4 de Outubro de 2008, Universidade de Alcalá de Henares, Espanha, 2008a, 15 p.
- COSTA, F. S. - "Águas públicas e sua utilização no concelho de Fafe - Um contributo do ponto de vista histórico-geográfico", *Câmara Municipal de Fafe*, Fafe, 2010, 144 p.
- GOMEZ MENDONZA, A. – "Del matadero a la tenería: producción y consumo de cueros y pieles en España (1900-1933)", in Jordi Nadal e Jordi Catalán (Eds.), *La Cara Oculta de la Industrialización Española. La modernización de los sectores no líderes (siglos XIX y XX)*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
- LACERDA, S. - "Os Arquivos!", *Boletim da Direcção-Geral de Arquivos*, 18, Julho - Setembro 2011, pp. 1 - 2.
- MONIZ JÚNIOR, M. J. E. – "A indústria do linho em Portugal", *Boletim da Direcção-Geral da Indústria*, 2ª Série, 1941, nº 3.
- PINTO, M. E. S. - Curtidores e Surradores de S. Sebastião (1865-1923): a difícil sobrevivência de uma indústria insalubre no meio urbano, *Dissertação de Mestrado*, Universidade do Minho, Braga, 2002, 229 p.